

Risco

«Um projecto urbano é uma espécie de missão localizada no espaço e no tempo»

LUÍS SANTIAGO BAPTISTA
MARGARIDA VENTOSA

O atelier Risco tem desenvolvido uma prática que responde aos desafios da cidade contemporânea. Por isso, esta equipa de arquitectos está atenta à generalização da condição metropolitana e à realidade económica e produtiva actual. O que caracteriza o programa arquitectónico proposto pelo Risco é a sua confiança nas possibilidades do desenho urbano para conferir sentido à nossa realidade vivencial, mediando e atravessando as escalas normalmente distantes da arquitectura e do urbanismo.



arqla: Como referem em relação ao “trajecto” do atelier Risco, este realizou-se de modo pouco ortodoxo, tendo partido do *design*, com Daciano Costa, até a um interesse vincado pela questão urbana com a liderança, em meados da década de oitenta, de Manuel Salgado. Como descreveriam as diversas fases do percurso do atelier?

Tomás Salgado: O Risco foi fundado pelo Daciano Costa em 1974 mas, talvez devido ao ambiente económico daqueles anos, nunca chegou a ter uma grande produção na área do *Design*. A partir de 1984, com a liderança do meu pai, a actividade do atelier virou-se para o planeamento, com alguns projectos de arquitectura pelo meio. O grande salto aconteceu entre 88 e 92, com o CCB. Foi aí que o atelier ganhou escala, que se iniciou uma colaboração intensa com o Gregotti e, acima de tudo, que se começaram a desenvolver formas de trabalho (métodos) que ainda hoje se mantêm. Depois do CCB a relação com o Gregotti continuou por vários anos e foi bastante produtiva. Dessa época há 3 ou 4 obras construídas (Escola de Teatro e Cinema na Amadora, Residências de estudantes na Caparica, Politeira) e vários concursos, dos quais o melhor foi o da Reitoria da Universidade Nova, em Campolide (onde o Manuel Mateus acabaria por construir). Nessa altura a organização do atelier girava muito em volta do Marino Fei, um discípulo do Gregotti que esteve connosco cerca de 10 anos. O segundo momento fundamental foi a Expo 98 (94-98). Para além do projecto em si (do qual podíamos falar durante horas) foram anos de grande aprendizagem que nos permitiram começar a ganhar espaço próprio na estrutura do atelier. E foi o projecto que trouxe ao Risco o reconhecimento como atelier capaz de enfrentar, com competência, as questões de desenho urbano e do espaço público. O período seguinte, entre 99 e 2007, ficou marcado pela consolidação do Risco como um atelier com capacidade para abordar todas as escalas: projectos urbanos (Cacém, Antas, Romanina), edifícios de grande escala (Estádio do Dragão, Hospital da Luz, Terminal Marítimo de Ponta Delgada), projectos de espaço público (Feira de S. Mateus, Antas, Pç. José Afonso) e projectos de pequena escala (Barbadinhos, apartamentos do Restelo, Hotel Altis Belém). Mais para o fim, foi também o período em que entrou uma geração mais nova, na maior parte ex-alunos do Técnico que veio consolidar a estrutura do atelier e trazer energia e criatividade. E, finalmente, em 2007 ficámos órfãos!

arqla: Com a saída em 2007 de Manuel Salgado para assumir a vereação do urbanismo na Câmara Municipal de Lisboa, o que mudou na estrutura do atelier e de que modo essa mudança se reflecte na produção actual do Risco?

TS: Ao longo dos últimos anos, o atelier foi-se estruturando de uma forma natural em torno de nós os quatro: eu, o Carlos (Cruz), o Jorge (Estriga) e o Nuno (Lourenço). O meu pai intervinha em todos os projectos: liderava as discussões iniciais nas quais se definiam estratégias e se fundavam conceitos e acompanhava o desenvolvimento dos trabalhos através de sessões de trabalho periódicas. Quando percebia que alguma coisa podia estar a seguir um rumo com o qual não

concordava, andava mais em cima. E envolvia-se muito nas decisões que têm mais a ver com “gosto”: cores, materiais, etc. Nos momentos de impasse, a confiança na intuição dele ajudava-nos a avançar, mesmo quando não estávamos 100% seguros da solução encontrada. Com a sua saída para a câmara ficámos sem esse “para-quebras”. Passámos a falar muito mais entre nós e passámos a ter de “procurar mais fundo” para encontrar soluções que resistam à crítica interna. Já não temos as costas quentes. Já não dá para dizer “já discuti isto com o Manel e ele está de acordo com a solução”. Voltando à pergunta, acho que é cedo para dizer quais os reflexos da sua saída na produção do atelier. Só daqui a uns anos é que vamos poder fazer o balanço.

arqla: O atelier Risco está muito marcado pela presença de Manuel Salgado. No entanto, referem que ele “nunca se assumiu como o solista virtuoso mas sim como maestro”. Poderiam explicitar esse posicionamento perante a profissão?

TS: O meu pai sempre se assumiu como um coordenador de equipas. Sempre acreditou que os projectos se fazem “a várias mãos”. Sempre incentivou as pessoas que trabalhavam com ele a avançarem com propostas. Mesmo quando fazia uns esquiços, não esperava que estes fossem seguidos à letra. Eram apenas o pontapé de saída. Só assim foi possível construir a equipa que temos hoje, capaz de continuar a fazer projectos com a mesma qualidade.

arqla: Numa entrevista em 2004, quando falava dos seus “30 anos de carreira”, Manuel Salgado afirmava a “constante” de “procurar responder da melhor maneira a um programa que me é posto, melhorando-o quanto possível, e ter uma noção estratégica muito clara sobre o que é essencial e o que é acessório, onde é que se pode ceder ou não”. Pode-se dizer que estes continuam a ser os princípios estruturantes do Risco?

TS: Sim, mas não só. O terceiro princípio consiste em aceitar os projectos como o resultado da interacção entre vários saberes e interesses (especialidades, clientes, entidades, etc.). É na síntese desses *inputs* que colocamos grande parte do nosso esforço e a solução final reflecte-o. Este posicionamento é o oposto de colocar todo o esforço na formalização de uma imagem ou conceito definidos *a priori*. Esta forma de actuar faz com que o resultado dos projectos seja, muitas vezes, uma surpresa (do ponto de vista formal), o que para nós é óptimo.

arqla: O Risco tem desenvolvido trabalhos em escalas muito variadas, desde o planeamento até à arquitectura. Sendo um dos problemas estruturais do país a relação entre o plano urbanístico e o objecto arquitectónico, como têm enfrentado essa simultaneidade de escalas de trabalho?

Nuno Lourenço: Quando fazemos um plano ou um projecto urbanístico estamos inevitavelmente a condicionar certos aspectos dos projectos de arquitectura que vão ser feitos a seguir. A nossa experiência na escala do edifício ajuda-nos a limpar os planos de imposições inúteis

porque nos faz ter presente a impossibilidade de prever correctamente os elementos chave do projecto arquitectónico. E limpar os planos de coisas inúteis ajuda-nos a centrar o projecto urbano no essencial que é a morfologia, a caracterização do espaço colectivo e a eficácia do plano na qualificação da cidade. Por outro lado, na construção de edifícios, procuramos perceber se há uma concepção urbanística de que o edifício faz parte, encontre-se ou não expressa num plano, porque entendemos que o respeito por um conceito urbanístico não diminui por si só uma obra arquitectónica e porque não nos sentimos obrigados a divergir do que os nossos colegas fizeram anteriormente.

arq|a: Já foi amplamente referido a influência dos teóricos italianos na formação de Manuel Salgado, não só de Vittorio Gregotti mas também de Aldo Rossi. Por outro lado, também é conhecida a importância de Nuno Portas nesse percurso. De que forma as teorizações fundamentais do desenho urbano como disciplina permanecem determinantes na actividade do Risco?

NL: Quando estudávamos arquitectura, esses nomes que referiu já eram também para nós (como aliás continuam a ser) referências fundamentais no campo do pensamento sobre a cidade. Mas houve uma evolução, partilhada com o Manuel Salgado principalmente a partir da Expo'98 e que coincidiu com o nosso envolvimento no ensino da arquitectura. A verdade é que entretanto fomos apanhados pela “explosão da cidade”. E o ano zero dessa explosão em Portugal foi precisamente 1998. O uso generalizado dos telemóveis, a transmissão electrónica de dados, a confirmação do automóvel como um aparelho de uso pessoal fez-nos explodir as cidades. Tentámos perceber o que se passava, na prática fazendo projectos que nos colocavam questões novas, e na teoria, lendo o Barnett, o Ascher, o Secchi, o Castells, o Wiel e muitos outros. O Manuel Salgado organizou aulas com o Joan Busquets, com o Jordi Borja, com o Maurizio Marcelloni, com o Nuno Portas, com o Gonçalo Ribeiro Teles e outras pessoas com saberes diversos sobre a cidade. Os alunos do Técnico fizeram múltiplas análises da cidade de Lisboa que culminaram num livro, o “Atlas Urbanístico de Lisboa” em grande parte feito no espaço do *atelier* por ex-estudantes em estágio. Nesta troca de ideias e no confronto com a prática, fomos chegando à conclusão de que algumas matérias teriam que obter outra atenção na prática do urbanismo. E entre elas, as principais são sem dúvida a ecologia e a mobilidade. Por outro lado, tornou-se claro que os utilizadores da cidade, sejam residentes, agentes económicos ou turistas, pela força cada vez maior das suas decisões sobre o espaço, deixaram de ser meramente receptores do discurso urbanístico (verbal, desenhado e construído) para passarem a ser emissores de um ruído que é preciso decifrar. Estamos, portanto, já distantes da “arquitectura da cidade” de Aldo Rossi mas, curiosamente, é muitas vezes dessa arquitectura que os sítios mais banais precisam para se afirmarem como cidade.

arq|a: Tal como no passado, mantêm uma actividade intensa no campo do planeamento, com projectos a decorrer não só em

Portugal, por exemplo, em Lisboa, Vila Nova de Gaia e Leiria, mas também na Europa tal como acontece em Bastia Umbra e Roma em Itália e em Budapeste na Hungria. Como descreveriam a vossa abordagem projectual ao planeamento urbano?

NL: A nossa abordagem parte sempre do desejo de entender uma determinada realidade, por curiosidade e fascínio mas também por sentido prático. Neste aspecto, trabalhar fora de Portugal aumenta



Farecentro a Romanina, Roma, Itália, 2005-

Foto: Risco



Fotos: Risco

Requalificação da Piazza Della Visitazione, Matera, 2008

o grau de dificuldade porque é maior a dimensão do que não sabemos. Num concurso que fizemos há uns anos para a baía de Argel, sentimos precisamente essa angústia de não sabermos quase nada sobre o território, sobre as culturas, sobre a história, e até sobre a consistência das visões políticas que sustentam a vontade de mudança. Sabemos que as propostas têm de ir de encontro a uma realidade humana que é dinâmica e que também se pode influenciar. Mas também têm de ir de encontro a uma realidade mais rígida que é a estrutura do território. É como se fosse o *software* e o *hardware* e são indissociáveis. Combinar estas vertentes, muitas vezes com tendência para divergir, a partir de uma interpretação do interesse colectivo, é o nosso trabalho que depois tem aspectos técnicos específicos que vamos aprendendo a dominar para não sermos atrapalhados por eles.

arqla: Dir-se-ia que nos projectos urbanísticos procuram enfrentar os fenómenos globais do que se definiu por “cidade genérica” com uma convicção nas virtudes ordenadoras e estruturadoras do desenho urbano. Concordam?

NL: Sempre existiu cidade programada e cidade não programada. Aliás a cidade, na sua origem é de programação nula ou escassa. Só quando começa a haver *polis*, ou seja uma organização social e de governo é que nasce o urbanismo para tentar dar à *urbis* (a cidade física) uma forma que seja coerente com essa organização. O urbanismo não é mais do que isso mesmo: tentar dar à cidade uma forma em que a comunidade se reconheça. O problema é que a urbanização do território acelerou de tal forma no final do século passado que a presunção que tínhamos de controlar racionalmente a ocupação do solo se desfez e os intelectuais deixaram de se reconhecer na imagem da paisagem que foi surgindo. Mas não é razão para desistir, porque nem toda a cidade não programada é má e indigna. Grande parte das nossas cidades mais belas são de origem não programada, só que foram reformadas e melhoradas ao longo dos tempos. Portanto, não vivemos na ilusão de que é possível ordenar tudo perfeitamente, mas também não achamos que esta cidade explodida e incoerente seja impermeável ao desenho urbano. Agora, a verdade é que muitos arquitectos pensam

que esta cidade é apenas uma mancha urbana incorrigível que serve aliás muito bem de tela de fundo e de desculpa para as suas obras-primas extremamente salientes.

arqla: Por outro lado, essa estabilidade do desenho urbano parece querer refrear a sede de protagonismo e espectáculo da crescente promoção empresarial e comercial. Como pode o desenho urbano responder eficazmente às manifestações das forças económicas e produtivas na cidade contemporânea?

Carlos Cruz: Do nosso ponto de vista, o desenho urbano como sistema de continuidade e estrutura, e as diferentes arquitecturas que dele emergem, banais ou mais espectaculares da promoção privada, não são incompatíveis. Nos nossos projectos, procuramos que o desenho urbano, para além de fixar o essencial, com um tempo de permanência superior aos edifícios, possa também ser a regra que admite e deseja excepções e elementos de singularidade e espectacularidade. Desde sempre que as forças económicas e produtivas ou a iniciativa privada desempenham um papel fundamental no desenvolvimento da cidade. A promoção privada está cada vez mais atenta e valoriza a qualidade do espaço público e do desenho urbano. Não nos parece que exista clivagem ou antagonismo entre um desenho urbano qualificado e a variedade de situações urbanas e arquitectónicas geradas pelas forças económicas e produtivas. Nesse sentido e tendo em conta a enorme diversidade e dispersão de acontecimentos do território urbano, a resposta do desenho urbano reside na capacidade de usar essa energia a ordenar e enquadrar, regulando, mas também de criar estruturas abertas capazes de se adaptar, sem se perverterem, à dinâmica por vezes imprevisível do desenvolvimento urbano.

arqla: É indiscutível o interesse do Risco pelo espaço público com importantes projectos concluídos como o Recinto da Expo 92, o Plano das Antas, a Área Central do Cacém ou a Marginal de Ponta Delgada. Como definiriam a vossa abordagem ao espaço público contemporâneo?

CC: A diversidade de situações tem conduzido a respostas



Plano de Urbanização da Quimiparque, Barreiro, 2008-

diferenciadas, mas com forte afinidade entre elas. O dimensionamento dos espaços, com a observação das tipologias urbanas existentes, a durabilidade, o conforto, a arborização, a iluminação e a continuidade urbana são elementos fundamentais nos nossos projectos. Esta abordagem pragmática, com a noção da importância de alguma neutralidade e sossego no desenho do espaço público, pode por vezes ser entendida como excessivamente conservadora. Gostaríamos que a recusa de algum *overdesign* no desenho do espaço público, não fosse para nós um alibi para se procurarem situações de alguma inovação e criatividade, dando resposta também às cada vez mais prementes e actuais questões de sustentabilidade e ecologia urbana. Entre o minimalismo obstinado e o parque temático há uma área de investigação que nos interessa aprofundar. Estas situações devem ser capazes de contrabalançar a função de continuidade e estrutura do espaço público com a capacidade de, nalguns contextos, introduzir elementos de identidade e singularidade, fundamentais na criação de memória futura quando intervimos em territórios caracterizados por uma forte “anorexia “ de espaços urbanos qualificados. Se no caso da Expo essa dimensão lúdica é mais evidente pela diversidade de situações propostas, no Cacém procurou-se introduzir alguma normalidade, legibilidade e continuidade urbana. No caso das Antas o espaço público assume a condição de assegurar logo a qualidade e identidade do ambiente urbano à espera da lenta construção dos edifícios. Aqui, como em Ponta Delgada, algumas opções de continuidade e empatia com o existente, nomeadamente nalguns materiais e soluções adoptadas, foram importantes para não propormos um novo espaço urbano “estranho” ao contexto onde se insere.

NL: Muitas vezes, o desenho do espaço público passa também por

propor alterações funcionais nos sistemas de circulação e estacionamento automóvel. Muitas vezes estes relacionam-se com circuitos que extravasam a área de actuação, têm que ser articulados com planos e geram resistência de quem habitualmente usa esses espaços. E muitas vezes, gostava de o dizer, saímos totalmente derrotados. Por exemplo em Setúbal, nos estudos que fizemos para a Av. Luísa Todi, sofremos uma dupla derrota. Primeiro, foi rejeitada uma proposta de circulação que permitiria juntar a placa central da avenida ao casco histórico da cidade, suprimindo a circulação geral na faixa de rodagem norte. Depois, o projecto de arquitectura paisagista que foi construído, infelizmente escolhido num procedimento de concepção/construção (e que erradamente nos é muitas vezes atribuído), não fez mais do que, a nosso ver, destruir o valor arquitectónico da avenida. No fundo, onde eu queria chegar é que os projectos de espaço público se decidem na questão do *layout*, até em escalas de planeamento, mas que de facto o projecto de execução que fixa o desenho do chão, com os seus materiais e microestruturas é absolutamente determinante na qualidade final do espaço urbano.

arq|a: Curiosamente, na entrevista atrás referida, Manuel Salgado falava da necessidade de “descoberta de novas tipologias de espaços públicos”, afirmando que “continuamos a trabalhar com modelos do século XIX”. Falava nessa altura de uma abordagem arquitectónica das “infra-estruturas” e de uma concepção estratégica do “vazio”. São estas dimensões algo negligenciadas pelo desenho urbano um campo determinante da vossa acção projectual sobre o espaço público?

CC: São. Se por um lado a cidade canónica é para nós um arquivo insubstituível de tipologias e formas urbanas que importa reutilizar e

Do nosso ponto de vista, o desenho urbano como sistema de continuidade e estrutura, e as diferentes arquitecturas que dele emergem, banais ou mais espectaculares da promoção privada, não são incompatíveis. Nos nossos projectos, procuramos que o desenho urbano, para além de fixar o essencial, com um tempo de permanência superior aos edifícios, possa também ser a regra que admite e deseja excepções e elementos de singularidade e espectacularidade.

reinventar, nos novos territórios urbanos da cidade difusa a infra-estrutura assume um papel decisivo como elemento de continuidade. Os sistemas de mobilidade e as questões emergentes de sustentabilidade e ecologia urbana sugerem a procura de novas respostas capazes de utilizar estes materiais em favor da criação de novas e estimulantes tipologias urbanas. Se pensarmos nas infra-estruturas ligadas à mobilidade ou nas obras marítimas, percebe-se o tremendo impacto urbano e paisagístico destes sistemas. Eles formam uma nova paisagem artificial. Interessa-nos particularmente esta zona híbrida entre a arquitectura e o desenho urbano e da infra-estrutura, no sentido de investigar a partir daí novos modelos e tipologias de espaço urbano. Nos nossos projectos gostamos que os outros especialistas, como os paisagistas, os engenheiros, os geógrafos, entrem em fases embrionárias da concepção. Da mesma forma interessa-nos intervir nas opções fundamentais de desenho destes sistemas infra-estruturais como matéria de projecto. O desenho das infra-estruturas da mobilidade, como viadutos, túneis e a sua inserção urbana, as obras marítimas ou os novos vazios estruturantes do sistema ecológico urbano, com os sistemas de regulação hídrica como as bacias de retenção, são temas que nos interessa continuar a investigar nos nossos projectos.

Podemos incluir nestes projectos o novo sistema topográfico do plano das Antas que integra os nós viários, túneis, viadutos e o interface do metro, bem como os projectos e obra marítima das novas gares de Ponta Delgada e Horta que alteram significativamente a relação da cidade com o mar. A articulação dos sistemas de mobilidade (túneis, viadutos, nós) com o tecido urbano existente e o novo parque urbano da ribeira no Cacém é também um exemplo do potencial transformador e estruturante destes sistemas.

arq|a: Tem-se debatido muito as questões disciplinares do centro e da periferia. Qual o vosso entendimento dessa dicotomia e que estratégias de actuação defendem para cada uma delas?

Jorge Estriga: O centro e a periferia são ambas partes do mesmo sistema. As pessoas já não trabalham no centro e vivem na periferia. Trabalham e vivem em várias partes da cidade, baralhando as direcções dos movimentos entre o centro e a periferia, promovendo novos centros. Temos que olhar para a área metropolitana das cidades como um organismo. Fazer uma nova auto-estrada ou uma linha de metro ligeiro; expandir ou reorganizar; construir o hospital aqui ou ali; são decisões que só produzem resultados sustentáveis, se estiverem integradas numa visão global da metrópole. Apoiadas em políticas urbanas que projectem uma ideia de futuro. Não há dicotomia entre o centro e a periferia. Há fluxos que geram novas realidades.

NL: Essa dicotomia diluiu-se por uma razão muito simples. É que os factores que determinam a competitividade territorial deixaram de se concentrar nos centros das grandes cidades. Se pensarmos na segurança pública, no abastecimento de víveres ou na possibilidade de vender produtos e serviços, por exemplo, estes eram factores que determinavam o valor insubstituível das cidades amuralhadas ao longo da história. No processo de modernização das cidades estes factores continuaram a ser importantes só que em áreas mais dilatadas. Mas a verdade é que hoje em dia é possível encontrar nas redes urbanas metropolitanas (e até fora destas) inúmeros locais em que estes e outros factores de competitividade estão presentes, às vezes com mais intensidade, com um custo do solo substancialmente mais baixo do que no centro da cidade. Para certo tipo de serviços, baseados em redes digitais, a localização física deixa mesmo de ser um critério importante. Por outro lado, a utilização do automóvel, por causa da congestão que foi gerando



Requalificação Área Central do Cacém, 1998-2008



Estádio do Dragão, Porto, 2000-2003

Se por um lado a cidade canónica é para nós um arquivo insubstituível de tipologias e formas urbanas que importa reutilizar e reinventar, nos novos territórios urbanos da cidade difusa a infra-estrutura assume um papel decisivo como elemento de continuidade. Os sistemas de mobilidade e as questões emergentes de sustentabilidade e ecologia urbana sugerem a procura de novas respostas capazes de utilizar estes materiais em favor da criação de novas e estimulantes tipologias urbanas.

nas cidades consolidadas, tornou-se um factor de competitividade negativa para os centros tradicionais. Ou seja, aquilo que antigamente só se podia encontrar no centro, desde o governo ao comércio especializado, da acessibilidade ao teatro, disseminou-se pelo território da metrópole deixando os núcleos antigos em dificuldades e criando um conjunto de subcentros que os urbanistas baptizaram de “centralidades”. O que parece ser dramático nisto é que já não temos os centros dominantes e recheados de antigamente nem temos ainda, na maior parte dos casos, subcentros suficientemente sofisticados com os quais nos possamos identificar. Há portanto como que uma “civilização perdida” que andamos a tentar reinventar. O fenómeno do turismo urbano e o interesse pelo património construído são reflexos deste processo. Os programas de qualificação urbanística dos novos centros da “velha” periferia também. As estratégias de actuação são as que têm vindo a ser teorizadas desde o final dos anos setenta e, para além da visão global de que falava o Jorge, principalmente nos transportes e na rede ecológica, passam muito pelo “projecto urbano” como contraponto necessário ao planeamento clássico. Um projecto urbano é uma espécie de missão localizada no tempo e no espaço que junta projectos com gestão urbanística, financiamento com participação pública, tem objectivos bem definidos e orienta-se para a execução. No nosso país, o que temos de mais parecido com projectos urbanos são os programas Polis mas penso que têm sido marcados por uma tendência de os subtrair à tutela dos municípios, o que cria problemas porque são estes que têm de facto a legitimidade para os conduzir. Mas há outros casos. Por exemplo, a baixa pombalina foi, no seu tempo, um extraordinário projecto urbano, as inúmeras intervenções urbanísticas do Estado Novo, o próprio projecto das Antas ligado ao Euro 2004 são exemplos de que a cidade se constrói com uma intencionalidade de desígnio e de desenho. Não podemos simplesmente pintar um zonamento numa planta, publicar um regime de uso do solo e ficar à espera que os privados façam a cidade sozinhos.



Hospital da Luz, Lisboa, 2001-2007

arq|a: Se os vossos planos urbanos e projectos de espaço público exploram explicitamente essa dimensão colectiva da vivência da cidade, isto não é menos verdade nas vossas propostas mais arquitectónicas. Desde o Centro Cultural de Belém até ao Multiusos do Funchal, passando pelo Hotel Altis Belém e mesmo pelo Hospital da Luz, existe sempre uma aposta clara no espaço público. Pode a arquitectura inverter a tendência de privatização das sociedades?

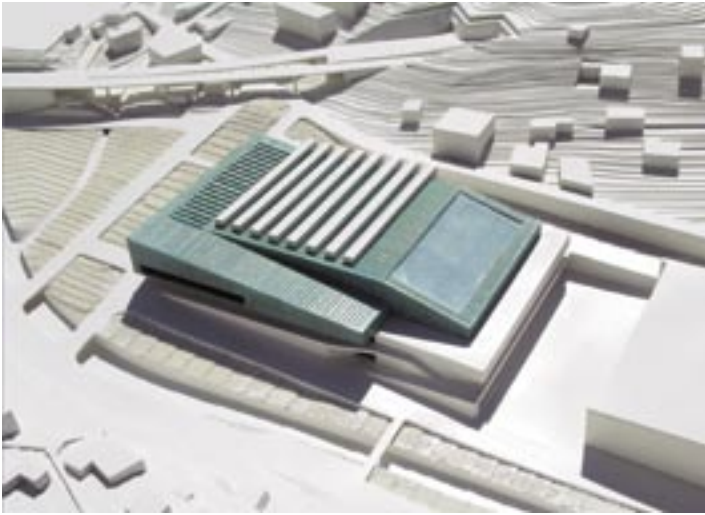
JE: Talvez seja pedir muito à arquitectura. Até porque um dos valores importantes nas sociedades ocidentais é o da propriedade privada. Quanto muito, a arquitectura pode procurar soluções que criem oportunidades para ligar áreas abertas de certo tipo de programas, com o espaço de usufruto público. Em Leiria, por exemplo, no concurso para a reconversão da área central, que incluía um centro comercial com cerca de 50 000m², propusemos ruas e praças exteriores em continuidade com o tecido urbano existente, onde as lojas confinavam directamente com a rua. Sem portas de acesso ao sistema de circulações do centro, sem climatização e sem galerias cobertas. Na altura, visitámos uma série de centros comerciais recentemente inaugurados em contextos muito idênticos ao de Leiria - centros históricos e áreas urbanas consolidadas. Independentemente do desenho e do gosto, pudemos constatar que não rompiam com a escala dos locais onde estavam construídos e que as novas ligações pedonais pelo interior dos quarteirões promoviam uma continuidade comercial entre as novas lojas e as que sempre lá tinham existido, oferecendo novas possibilidades: ruas e galerias sem climatização, por vezes cobertas, que são privadas mas de usufruto público. Quem não lida com estas questões, provavelmente nem se apercebe quando cruza as fronteiras entre a propriedade privada e o espaço público. E o mais curioso, é que as lojas que sempre existiram nas ruas envolventes começaram a renovar os espaços ou a mudar de actividade, promovendo uma verdadeira revitalização do tecido comercial no centro da cidade. Em Leiria, apesar de termos ganho o concurso, o projecto, por motivos conjunturais, não se vai realizar. Mas no Estádio do Dragão, conseguimos construir uma situação muito semelhante. O anel que envolve o estádio (onde se localizam todos os acessos públicos ao interior) é propriedade do FCP e no entanto tem usufruto público porque está ligado às ruas e aos passeios envolventes: o que, para além de oferecer à cidade um espaço amplo com múltiplas valências, possibilita uma série de alternativas nas ligações pedonais, desde a Av. Fernão Magalhães até à cota baixa em S. Roque da Lameira, passando pela estação do metro. Ou seja, os nossos projectos demonstram que é possível conquistar algum espaço aos recintos privados em proveito do espaço público. Mas demonstram-no, porque nós acreditamos que a arquitectura deve ter essa preocupação e lutamos para conquistar essas “cedências”. Sobretudo nos grandes edifícios que, de um modo geral, provocam roturas nos tecidos urbanos em que estão inseridos; como aliás qualquer um pode constatar na maioria dos centros comerciais e nos estádios que foram recentemente construídos.

Foto: FG+SG - Fotografia de Arquitectura



Foto: Barbosa & Benigno

Arena Dragão Caixa, Porto, 2006-2009



Pavilhão Multiusos do Funchal, Madeira, 2005-



Loteamento Seca do Bacalhau, Vila Nova de Gaia, 2007-

arqla: Em termos arquitectónicos, denota-se na vossa obra mais recente, uma atenção ao tratamento estético da superfície, muito evidente por exemplo no Hotel Altis de Belém e no Complexo do Porto do Funchal. Existe aqui a tentativa de conferir ao objecto uma dimensão mais abertamente lúdica?

JE: Em parte sim. Seguramente pela natureza dos programas. O aquário é um equipamento lúdico e o Altis Belém é um hotel vocacionado quase exclusivamente para o lazer. A força dos locais onde estão inseridos – frente Tejo e Porto do Funchal - e o facto de serem ambos objectos isolados, também terão contribuído para o resultado final. Existem outras motivações como por exemplo as inúmeras tecnologias que hoje temos à nossa disposição para resolver o “invólucro” dos edifícios, a vontade de experimentar e arriscar materiais e soluções construtivas menos convencionais e também, a profusão de imagens com que nos cruzamos todos os dias que acabam inevitavelmente por influenciar o nosso trabalho. No entanto, importa referir que os dois “invólucros” são muito diferentes entre si e têm, de certo modo, razões bem mais concretas. O aquário é um conjunto de tanques em torno dos quais se organiza um percurso expositivo, cuja iluminação natural entra exclusivamente pela cobertura. Daí a necessidade de trabalhar a fachada como um elemento – uma pele – completamente desligado do interior do edifício. Um trabalho onde foi possível abordar o tema da fachada sem ter que lidar com a entrada de luz natural, em que tivemos a colaboração da Fernanda Fragateiro. Já no hotel o tema é outro. Procurámos num primeiro momento que o estuário do Tejo e a Doca do Bom Sucesso participassem no ambiente dos quartos. Isto levou a desenhar uma fachada toda envidraçada virada a poente, o que por sua vez, conduziu à necessidade de criar um elemento que permitisse simultaneamente, quebrar a incidência solar e assegurar um certo nível de privacidade, sem cortar completamente a relação com a paisagem. O João Almeida fez um excelente trabalho neste projecto e, em particular, nestas venezianas, cujo desenho acabou por dar origem ao revestimento em vidro serigrafado que se tornaria a “imagem de marca” do edifício.

arqla: Utilizando diversos instrumentos no projecto processual, desde os desenhos às maquetas, passando muito pelos renderings, como se desenvolve o vosso processo criativo?

JE: É muito agitado e centra-se basicamente na interacção entre os elementos da equipa. O processo criativo não é linear, a metodologia varia conforme o tipo e as circunstâncias do projecto. Exploram-se vários caminhos até chegar à solução que melhor articula os dados da equação e com a qual nos sentimos mais confortáveis, muitas vezes, nesta fase inicial do projecto, já com a participação de consultores e engenheiros com quem gostamos de discutir os primeiros passos do projecto. Depois, este vai-se construindo nas várias escalas e nos vários temas. Os exteriores, as fachadas, os interiores, as soluções construtivas, os materiais, a comunicação do projecto, ou no caso dos planos o zonamento, as regras arquitectónicas, o reparcelamento, são

trabalhados por um conjunto alargado de arquitectos e técnicos que contribuem para o apuramento do projecto final. Desde a concepção inicial, passando pela resolução de um problema técnico complexo, até ao modo como se leva o cliente a acreditar nas soluções que lhe propomos, a criatividade joga um papel decisivo, o que também acontece na fase da obra, onde o azar com os interlocutores, ou a falta de habilidade para lidar com eles, pode comprometer o trabalho e as expectativas de anos. É um trabalho de equipa, onde são valorizadas as valências de cada um, sem no entanto nos tornarmos especialistas. Um pouco ao contrário do trabalho gerido por uma personagem central que conduz e que decide, o que é dominante no nosso panorama disciplinar.

arq|a: Perante a globalização do fenómeno da arquitectura, qual o vosso entendimento do papel do arquitecto na contemporaneidade?

CC: O papel do arquitecto actual tende a ser mais multi-disciplinar e a abarcar uma maior diversidade de tarefas. A explosão do número de arquitectos e a dimensão do nosso mercado de trabalho leva a que os arquitectos passem a assumir com mais frequência outros papéis para além do arquitecto autor em áreas como a gestão, a crítica, a história,

a construção, a fiscalização ou a sustentabilidade. Da minha experiência de ensino é interessante constatar esta maior abertura dos novos arquitectos a outras áreas, bem como a crescente mobilidade que os leva a estudar e a trabalhar nos contextos mais diversos. Esta é uma realidade que pela enorme variedade de experiências acumuladas, trará seguramente uma visão mais aberta e mais plural à nossa cultura arquitectónica. Por outro lado, contradizendo um pouco o que disse anteriormente, a arquitectura mantém um âmbito disciplinar bastante estável há já longas centenas de anos. A globalização ainda que com outra escala e velocidade sempre existiu. A arquitectura clássica romana espalhou os seus cânones e tipologias por extensas áreas geográficas, o mesmo se pode dizer da arquitectura moderna na versão “estilo internacional”. O urbanismo português lançou raízes em lugares distantes. Nasoni, Ludovice, Juvarra e outros também trabalharam e andaram por cá. Sempre houve circulação de ideias e modelos na arquitectura, antecipando ou reagindo a movimentos de civilização, adaptando modelos a situações concretas, inventando formas úteis ou inúteis em vários planos. E é isso que vamos continuar a fazer. Afinal, não se costuma dizer que temos a segunda mais antiga profissão do mundo? ■



Sky Residence II e Sky Business, Luanda, 2009-

Foto: Risco